

AUTONOMIA FEMININA COMO PORTA DE SAÍDA DA VIOLÊNCIA

VERA LÚCIA PUGA*

Já virou ditado popular ou lendas contadas de boca em boca que: “roupa suja se lava em casa”; “mulher gosta de apanhar”; “em briga de marido e mulher não se mete a colher”; “as mulheres mais pobres e analfabetas apanham mais”. O mais difícil de se acreditar é que sejam ricas ou pobres, brancas, negras ou amarelas, as mulheres são alvos fáceis de seus namorados, maridos, companheiros, irmãos, pais, etc. Infelizmente as estatísticas têm demonstrado que as lesões corporais, homicídios, estupros, agressividades e humilhações psicológicas tem acontecido dentro dos lares. Lares estes que, pelo menos teoricamente, deveriam ser o porto seguro, lugar por excelência de defesa das mulheres e não de violência contra elas.

São várias as pessoas que fazem chacotas das mulheres que após denunciarem as agressões sofridas e tendo o marido ou companheiro detido, solicitam no dia seguinte sua soltura. A realidade, porém, mostra que até a criação das Delegacias de Atendimento Especializado à Mulher, ou seja, uma das políticas públicas para fomentar as denúncias de violência, o silêncio era o pacto entre os casais e mais, na sociedade de forma geral as pessoas não se envolviam, e hoje ainda não se envolvem, pois existe uma construção cultural da posse do corpo feminino pelo masculino, o poder do patriarca sobre a casa, os bens imóveis, os filhos e filhas, a esposa ou companheira. Tradição esta vinda de leis portuguesas e que fincaram raízes no Brasil. A sociedade, portanto, tem as rédeas da violência e repassa as tradições, os preconceitos, os costumes. Conforme Peter Gay, “o tipo de agressividade que uma cultura recompensa ou deprecia, legaliza ou bane, obviamente depende dos tempos e das circunstâncias, dos riscos e vantagens percebidos, dos hábitos sociais de rebeldia ou de conformidade.” (GAY,1995:12)

* Universidade Federal de Uberlândia. Professora Doutora do Programa de Mestrado e Doutorado em História

Desta forma, a cultura de agressividade, pode aniquilar grupos inteiros de povos, por serem considerados diferentes, seja pela cor, pela língua, pela cultura, etc., como pode excluir os doentes, os homossexuais, as prostitutas, os indígenas, e ainda matar mulheres por serem consideradas inferiores, diferentes, portanto, dos homens. Além de matar, os assassinos acabam utilizando o matei por amor, matei para lavar a honra, matei por estar emocionalmente comprometido. O cultivo do ódio, como diz Gay, gera também o culto da masculinidade e com ele a desumanização das mulheres perante os homens, vigorosos, agressivos, e que deveriam assim cultivar as brigas, as lutas, serem hierarquicamente superiores. Como água e vinho, as diferenças entre mulheres e homens vão sendo construídas socialmente. Para Scott:

Os homens sempre foram considerados como representantes do universal (dos indivíduos socialmente indiferenciados, descorporificados e assexuados) enquanto as mulheres eram consideradas exemplos do particular (corporificadas, sexuada e socialmente diferenciadas) (SCOTT, 2001:367-388).

As diferenças entre sexos, etnias, raças e sociedades fazem parte do construto social que determina nossas desigualdades. Mas nós não nascemos homens e mulheres, a cultura que nos destina diferentemente a sermos mulheres e homens. Nos anos de 1950 e 1960, existiram em abundância, por todo o país, as escolas religiosas de internato. Essas escolas preparavam as mulheres e homens de forma diferenciada. As mulheres, quando faziam o curso normal, o famoso “espera marido”, aprendiam as disciplinas próprias para serem professoras do chamado ensino primário. Além das disciplinas de português, matemática, ciências, inglês, história, geografia, etc, ainda faziam disciplinas que futuramente as ajudariam no domínio da casa, das crianças, do marido. Assim o canto, a puericultura, declamação, trabalhos manuais, impositação de voz, etc, eram matérias fundamentais para aquelas que seriam boas esposas, mães e donas de casa. Por que não dizer que se transformariam em rainhas do lar?

O cotidiano dessas meninas não era fácil. Entre freiras, silêncios e muita disciplina elas passavam o ano inteiro sem ver os pais, a não ser aquelas das cidades onde o is internatos funcionavam. Em nossa pesquisa de mestrado, evidenciou-se que os pais fazendeiros em

Mato Grosso e Goiás, enviavam suas filhas e só tinham contato com elas nos finais de ano. Isso porque as distâncias eram enormes. As filas, orações, silêncios e castigos ou prêmios, faziam parte da vida dessas meninas. Os dormitórios, vigiados por freiras eram locais de silêncio e tendo o sexo como pecado, as meninas eram obrigadas a se vestirem sem ficarem nuas na frente das outras. Era um exercício e tanto colocar e tirar roupas, umas por debaixo das outras. (PUGA, 1991) Os refeitórios repetiam as mesmas filas, orações e silêncios. Segundo Foucault:

O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame. (FOUCAULT, 1983:153)

Fiscalizar todo o tempo era o que garantia a obediência. Os dirigentes dessas instituições delegavam-se o direito de ordená-las e regulamentá-las. Ressalta-se aqui que o poder exercido pela escola se assemelha ao poder judiciário: “a todo o momento se pune e se recompensa, se avalia, se classifica, se diz quem é o melhor e quem é o pior”. (FOUCAULT, 1983: 97) É claro que não se castigavam mais nem as meninas, nem os meninos. Essas regras eram ultrapassadas desde o século XIX. Castigar, conforme Jurandir Freire Costa degradava as crianças. O medo do castigo tornava-os mentirosos. “O esteio da nova moral recusava este tipo de repressão. Seu método era outro. Suas técnicas eram uma variante de criação do hábito. Como o corpo, o espírito das crianças deveria, progressivamente regular-se autônoma e automaticamente.” (COSTA, 1983:198-199) Era preciso transformar os meninos e meninas em seres civilizados, polidos.

Mas aos meninos cabia, apesar da disciplina, orações, silêncios e filas, uniformes menos coibidores. Eles praticavam esportes, tinham mais lazer que as meninas. Suas disciplinas eram mais rigorosas e não possuíam como as meninas lições de como lidar com filhos, casa, cozinha, etc. A preparação deles envolvia um futuro de provedores. Tinham que prestar vestibular, formarem-se e irem para o mercado de trabalho. Assumirem-se como provedores do lar significava a continuidade de seus avós, de seus pais.

Mas essas criaturas de quem falamos até agora eram burgueses, pessoas que possuíam bens e que conseguiam pagar escolas de Internatos religiosos para seus filhos e filhas. E como viviam os pobres? Aqueles que não podiam pagar escolas?

Estes ou não estudavam, indo direto para o mercado de trabalho, ou, alguns, especialmente, conseguiam escolas gratuitas. Não qualquer escola. Uma escola especial que lhes garantia, de alguma forma um emprego futuro. Pude observar duas escolas, uma masculina e uma feminina para filhos e filhas de funcionários da antiga Estrada de Ferro Goiás. Essas escolas, exemplos típicos dessa pulverização de idéias, tinham objetivos específicos e distintos. Na masculina, além do currículo normal das 03 primeiras séries do curso ginásial os alunos, filhos dos empregados da ferrovia, eram preparados para se transformarem em seus futuros operários, introduzindo-se no mundo dos tornos, na mecânica complicada dos trens de ferro, através de cursos como desenho, física mecânica, eletricidade, oficina e teoria.

Neste caso, o capital preparava sua própria mão de obra especializada, assim como o fez usualmente o comércio e a indústria através do SENAC e SENAI. Mas não só os homens foram preparados para essa sociedade e pára assumirem seus papéis diversificados. As meninas pobres, ao contrário das ricas nos internatos, tinham que estudar nas escolas públicas ou, neste caso especial, na antiga Estrada de Ferro Goiás, em Araguari MG, as moças, como os rapazes, faziam as disciplinas normais do antigo ginásio, mas diferentemente de suas co-irmãs ricas, aprendiam a entrar no mercado de trabalho. Restritivamente, é certo, porém aprendiam a ser donas de casa, mas também ganhar dinheiro com profissões ditas femininas, como manicure, pedicura, arte culinária, corte e costura.

O que estava posto no fundo era a idéia religiosa de que todos os homens e mulheres que não seguissem a carreira religiosa serviriam para o casamento. Conforme uma entrevistada, ex-aluna do colégio de freiras de Araguari:

Não havia perspectiva profissional na época. Porque a gente era preparada para ser mãe de família, esposa e dona de casa. E o curso Normal era uma complementação, justamente porque a gente tinha noções de Puericultura, Higiene, Pedagogia, Economia Doméstica, Trabalhos Manuais, tudo isso era um conglomerado de coisas, um túnel que afinilava sempre no casamento.(Entrevista de uma ex-aluna do Colégio Sagrado Coração de Jesus, Araguari MG, 12/01/1989.)

O casamento era visto como objetivo central para homens e mulheres. Aqueles que fugiam às regras eram mal vistos pela sociedade. Ser solteirão ou solteirona, ter filhos antes do casamento, fugir às regras de convívio era, com certeza a expulsão da sociedade. Mas, mesmo assim vários jovens resistiram às regras e não casaram, tiveram filhos antes do casamento, perderam a virgindade e se rebelaram contra as regras existentes.

Mas tudo isso dissemos para refletirmos sobre o hoje. O porquê que a mulher continua sendo vítima de violências, porque as mulheres, apesar de trabalharem fora de casa, assumirem a dupla jornada de trabalho, continuam sendo mal vistas pela sociedade? Não desconstruímos suficientemente as noções de ser mulher? Não combatemos o bastante as agressões masculinas? As resistências às mudanças parecem ser intransponíveis! Assim mesmo somos tratadas com desrespeito? Com Intolerância? Estamos hoje em escalas cada vez maiores de escolaridade. Aliás, em índices superiores aos homens. Mesmo assim temos salários menores?

As resistências às mudanças é que são persistentes. Mulheres e homens permanecem dispostos a regressarem às tradições e manterem as mulheres sob regras e disciplinas tradicionais. Digo isto pensando na Escola de Princesas criada em Uberlândia, MG em 2012. Parece coisa de Miami, contos de Walt Disney. No entanto, falamos do Brasil, do interior das Minas Gerais, de Uberlândia, onde uma empresária achou por bem criar uma escola para meninas. Escola sem currículo de disciplinas regulares das escolas formais. Escola que ensina como se vestir, como se maquiar, como se sentar à mesa, como comer, o uso de talheres e copos, como andar, como falar, etc.

Se entendemos que é necessário hoje educarmos cada vez mais as mulheres para o mundo do trabalho, para que elas ocupem postos-chaves de comando, para que possam ganhar os mesmos salários que os homens, ocupando os mesmos cargos, para que possam liderar mulheres e homens, desempenhando suas competências, é preciso mais que nunca mudar a cultura que aí está. Uma cultura ante-feminista, propositora de sentidos excludentes das mulheres.

É preciso criar, construir mulheres capazes de reger as próprias condutas e, para isso, construir suas independências, suas autonomias. Temos que conseguir acabar com a diferença de rendimentos entre homens e mulheres; empoderar as mulheres, tornando visíveis suas competências dentro das casas e na sociedade de forma geral. O IBGE já vem demonstrando que na categoria mulheres cresceu o número em termos de chefias de famílias. Elas têm estado sós. Sós com seus filhos e filhas, muitas vezes estudando e trabalhando para sustentar os filhos e a casa.

Para isso existem as políticas públicas: assegurar o decréscimo das diferenças entre homens e mulheres, entre salários. É necessário que se mude a cultura vivencial. Os homens precisam, com urgência, dividir as tarefas domésticas. Elas não existem apenas para as mulheres. Se nós dividimos as despesas domésticas, enfrentamos o mundo público do trabalho, precisamos ser iguais. Precisamos do respeito de nossos companheiros

Se hoje somos chefes de famílias, trabalhamos fora de casa, somos produtivas por que não temos o mesmo valor que os homens no mercado de trabalho?

Pensando em Brasil do século XXI podemos imaginar algumas saídas para a violência doméstica e social. Para que isto ocorra é necessário ir além de leis, de casas-abrigo, de SOs para mulheres e famílias, de deixar visíveis os números e locais da violência contra as mulheres, de financiamentos para as mulheres rurais, de teto para as cidadãs. É de fundamental importância a mudança, a transformação da cultura que nos fixa biologicamente em sermos mulheres e homens, binariamente constituídos. Torna-se necessário desconstruir, via o

conceito de gênero todas as tradições que possibilitam aos homens continuarem no poder das vidas femininas.

Falamos de épocas que deixam entrever criações como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, (1985) e depois a Secretaria de Políticas para as Mulheres (2003) quando do governo Lula. Dizemos ainda da criação das Delegacias de Mulheres em finais dos anos de 1980, da criação de casas abrigo, de ONGs voltadas para o acolhimento e auxílio às mulheres violentadas. Em 2006 da Lei nº 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha. E ainda podemos realçar as bolsas família e bolsas escola, que dão às mulheres um sentido de empoderamento, justamente por terem dinheiro em mãos e, com isso o poder de decisão.

É preciso diminuir as diferenças sexuais. De acordo com Kehl,

No caso das pequenas diferenças entre homens e mulheres, parecem ser os homens os mais afetados pela recente interpenetração de territórios – e não só porque isso implica possíveis perdas de poder, como argumentaria um feminismo mais belicoso, e sim porque coloca a própria identidade masculina em questão. Sabemos que a mulher sente a conquista de atributos “masculinos” como um direito seu, reapropriação de algo que de fato lhe pertence e há muito lhe foi tomado. Por outro lado, a uma mulher é impossível se roubar a feminilidade; se a feminilidade é máscara sobre um vazio, todo atributo fálico virá sempre incrementar essa função. (Kehl.1996:26).

É com autonomia que se chegará à libertação da mulher quanto à hierarquização masculina. Quanto ao mercado de trabalho no sentido do respeito profissional. Algumas pesquisadoras têm apontado saídas possíveis para essa autonomia. No entanto, retrocessos sociais, presentes no dia a dia, dificultam o avançar do movimento feminista e de mulheres que lutam pela equidade de gênero nas múltiplas faces do cotidiano social.

As mulheres para estarem presentes de corpo inteiro no mundo público do trabalho é necessário que se faça antes a divisão das tarefas domésticas. É preciso que as organizações

providenciem as creches, e que saibam que mais da metade da população brasileira são de mulheres e a outra metade de filhos dessas mesmas mulheres. Lutamos, portanto pela existência de nós mesmos e não por nossa extinção!

Precisamos lutar por salários dignos para nós mulheres e para os homens. Precisamos ocupar postos de mando e de comando. Precisamos amamentar nossos filhotes, para isso precisamos de salas específicas de amamentação. Precisamos de banheiros próprios dentro das empresas. Precisamos de estímulos para ascender nas carreiras possibilitando-nos cursos de capacitação e vontade política para que possamos assumir esses postos.

Se em outros sistemas econômicos também somos submetidas, estamos sob as ordens masculinas, lá e acolá. Mas nos estudos temos nos destacados. Hoje representamos um percentual de anos maior que os dos homens em termos de educação ou banco de escola. Porém, persistem as desigualdades salariais. Continuamos a receber menores salários e com eles nossa autonomia vai por água abaixo.

Saídas existem. Difíceis para transformarem a cultura da desigualdade, no entanto é preciso lutar, persistir nas mudanças. Só a autonomia financeira seria capaz de transformar a realidade da violência doméstica no país.

Persistimos no exemplo de política pública. Para nós o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da SPM/Presidência da República consegue uma abrangência grande. Ele tenta provocar organizações para que elas proponham mudanças, Isso é muito positivo!

Referências Bibliográficas

COSTA, J.F. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: GRAAL, 1983.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir. História da Violência nas Prisões*. Petrópolis: Vozes, 1983.

GAY, P. *A experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud. O Cultivo do Ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KEHL, M.R. *A Mínima diferença. Masculino e feminino na cultura*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

PUGA de SOUSA, V.L. *Entre o bem e o mal. Educação e Sexualidade nos anos 60-Triângulo Mineiro*. Dissertação de Mestrado. USP. São Paulo, 1991.

SCOTT, J. *Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. Debate feminista. Cidadania e feminismo* (edição especial). São Paulo: Companhia Melhoramentos, 2004.